

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.557 - SP (2018/0292162-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **MARCOS ALVES GARCIA PAIS**
AGRAVANTE : **ALESSANDRO DE JESUS SOUZA**
AGRAVANTE : **ANA MARIA MOTA NUNES**
AGRAVANTE : **ANA TIAGO ALVES DOURADO**
AGRAVANTE : **APARECIDA BARILLI DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **ARACI DO NASCIMENTO SANTOS REIS**
AGRAVANTE : **DEIZE LEITE PENTEADO DE CARVALHO**
AGRAVANTE : **ELISABETH ANTONIA MAZININI**
AGRAVANTE : **ELSA DA SILVA LOUREIRO**
AGRAVANTE : **GERALDA TEOBALDA DE JESUS**
AGRAVANTE : **JOSE CAIRES COLICCHIO**
AGRAVANTE : **LEONILDE DA SILVA HALLAK**
AGRAVANTE : **LOLITA SOARES DE OLICEIRA**
AGRAVANTE : **LUCY APARECIDA ALVIM**
AGRAVANTE : **LUZIA DE LORDO FRANCO**
AGRAVANTE : **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS GOMES**
AGRAVANTE : **MARIA ANTONIA COELHO**
AGRAVANTE : **MARIA EUNICE RODRIGUES SANTOS**
AGRAVANTE : **MARIA RITA DOS REIS MORATO**
AGRAVANTE : **MARIA ZILDA SOARES MOREIRA DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **MIRACI KIMIKO TAKATU**
AGRAVANTE : **NEIDE PEREIRA CORREA VICENTE**
AGRAVANTE : **PAULO CESAR CONÇALVES VIANNA**
AGRAVANTE : **REGINA DOLORES GIMEMEZ PICONI**
AGRAVADO : **SANDRA MARIA RODRIGUES ZAQUERI**
AGRAVANTE : **TELMA CAMPOS DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **VERA CRISTINA MIOTTO FEDERICO**
AGRAVANTE : **VILMA LOPES BIANCO DE SOUZA**
AGRAVANTE : **VILMA RUFINO BEZERRA LEMOS**
AGRAVANTE : **ZENAIDE BATISTA DE OLIVEIRA SOUZA**
ADVOGADOS : **APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS E OUTRO(S) -**
SP097365
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800
ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249
AGRAVADO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **ISMAEL NEDEHF DO VALE CORRÊA E OUTRO(S) - SP329163**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Alessandro de Jesus Souza e outros contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o recurso especial com amparo na falta de comprovação da divergência jurisprudencial.

Documento: 101585532

Página 1 de 3

Superior Tribunal de Justiça

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "c" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento. Execução individual de obrigação de pagar reconhecida em mandado de segurança coletivo. Prazo prescricional de 5 anos contados do trânsito em julgado do acórdão na fase de conhecimento. Execução da obrigação de fazer que não suspende ou interrompe o prazo prescricional da execução da obrigação de pagar. Precedentes. Decisão que afastou a prescrição. Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 68/71 e 76/78).

Os recorrentes alegam divergência jurisprudencial, indicando como paradigma o acórdão proferido no REsp 1.152.472/PR.

Aduzem que a citação da Fazenda Pública na execução coletiva, em 4/11/2008, interrompeu a prescrição, que perdurará até o trânsito em julgado daquela ação. Afirmam que "não é outra a dicção do artigo 202, I do Código Civil, que prevê, que a interrupção da prescrição, poderá ocorrer por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação" (e-STJ, fl. 42).

Sem contrarrazões.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Em mandado de segurança coletivo impetrado pelo SINDSAÚDE, houve concessão da ordem para determinar-se o pagamento do prêmio de incentivo instituído por lei estadual. A decisão transitou em julgado em 10/6/2008. "Em 16/2/2016, os agravados iniciaram execução do v. acórdão, cobrando as diferenças de vencimentos devidas desde a impetração do mandado de segurança coletivo" (e-STJ, fl. 26).

O Tribunal *a quo* afirmou a ocorrência da prescrição, porque decorridos mais de 5 anos entre o trânsito em julgado na ação de conhecimento e o início dessa execução, por força do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

E acrescentou (e-STJ, fl. 27):

Ressalte-se que a execução coletiva da obrigação de fazer consistente no apostilamento do título para os servidores não suspende nem interrompe o prazo prescricional para a execução da obrigação de pagar, pois os prazos correm independentemente.

Não se ignora o esforço do substituto processual na persecução do cumprimento da obrigação de apostilamento do direito aos servidores, inclusive com realização de audiência de conciliação. No entanto, tratando-se a obrigação de pagar de dever diverso da obrigação de fazer, o início da execução desta última obrigação não influi no curso do prazo prescricional da obrigação de pagar, que teve início com o trânsito em julgado do v. acórdão na fase de conhecimento.

Superior Tribunal de Justiça

Segundo o colegiado, portanto, a execução coletiva ajuizada pelo sindicato não abarcou a obrigação de pagar. Circunstância de tal natureza, porém, não é evidenciada no acórdão paradigma indicado.

Por isso, não faz jus a conhecimento a assertiva de divergência jurisprudencial, pois, do cotejo entre os julgados comparados, não se pode extrair a similitude fática necessária à configuração do dissenso. Assim, no ponto, não foi cumprida a determinação contida nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255 do RISTJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.



Ministro Og Fernandes
Relator